SERVIÇOS E OBRAS

Secretário: **HYGINO ANTONIO BAPTISTON**
Rua Breno Ferraz do Amaral, 415 - PABX: 215-3488

GABINETE DO SECRETÁRIO - DESPACHOS:
52-000.894-93*94 - CCB - Utilização da Ata de RP 45/92 - DEMAT. Aquisição de Blocos e meio Blocos.
À vista das informações constantes nos autos, em especial a manifestação de fls.11, AUTORIZO a utilização da Ata de RP 45/92 - DEMAT, objetivando a aquisição de blocos e meio blocos para uso do Comando do Corpo de Bombeiros da Capital. AUTORIZO, outrossim, a emissão da respectiva Nota de Empenho, a favor da empresa GUARANI MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA., no valor de Cr\$ 80.000.000,00, onerando a dotação 28.23.06.30.178.8665.3120-4

APOSTILA FEITA NA PORTARIA 115/SSO/93, EM NOME DE MARIA IDALINA MARQUES COLARES, REG.FUNCONAL 539.304.3.02, PUBLICADA NO DOM DO DIA 16.03.93.
É a presente Portaria apostilada para dizer que o período correto da indicação é de 02.02.93 a 16.02.93, e não como consta.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS E OBRAS, usando das atribuições legais, RESOLVE: Cessar, a partir de 01.04.93, os efeitos do ato que designou a servidora DENISE BATISTA CRUZ GARCIA, reg.funconal 602.670.2.00, para exercer a função qualificada de Encarregado de Serviço de Operação, FG.2, da Administração do Incinerador de Pinheiros, da Seção Técnica das Instalações de Pinheiros, da Divisão Técnica de Incineração e Transbordo, do Departamento de Limpeza Urbana, desta Secretaria.

Depdo. de Edificações

GABINETE DO DIRETOR
DESPACHOS

52-000.871-93*99 - À vista dos elementos inseridos no presente, DEFIRO o pedido de ATESTADO para fins de participação em concorrências públicas, formulado pela empresa CONSTRUTORA M Z VALLE LTDA., referente a reforma e ampliação da CRECHE PARQUE SÃO RAFAEL II, objeto do Termo de Contrato 157/EDIF/91, pagos os emolumentos devidos e adotada a minuta de fls. 21 e 22.

52-000.870-93*26 - À vista dos elementos inseridos no presente, DEFIRO o pedido de Atestado para fins de participação em concorrências públicas, formulado pela empresa CONSTRUTORA M Z VALLE LTDA., referente a reforma da EMPG HENRIQUE MELEGA, objeto do Termo de Contrato 025 EDIF/87, pagos os emolumentos devidos e adotada a minuta de fls. 12 a 14.

C.A. 001/245/EDIF/92 - Ass. 13/04/93 - Proc.52-000.012-91*00. C. Original 245/EDIF/92. PMS e DILIZA DINAPV CONSTRUÇÃO LTDA. tendo por objeto a reforma do POSTO DE BOMBEIROS DO PARQUE DO CARMO (Itaquera). Ass. Alterações Contratuais: 1. Aprovação de Serviços Extracontratuais e Pagos Correspondentes. 2. Extensão Contratual. 3. Redução de Serviços Contratuais. 4. Supressão de Serviços Contratuais. 5. Aumento do Valor Contratual. 6. Alteração do Valor Contratual. Prorrogação do Prazo Contratual por mais 60 dias, contados a partir de 30.03.93.

PORTARIA 004/EDIF-G/93 - O Diretor do Departamento de Edificações, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, RESOLVE: 1. Atribuir aos Eng. ROBERTO MASCAJO ANDREOLI e VICENTE MANOEL SIMÕES DE ALMEIDA PRADO a tarefa de elaboração de projeto e respectiva implantação do sistema de informatização integrado de EDIF., com a mesma carga técnica permanente da PRODM. 2. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos no menor prazo possível, em perfeita sintonia com a Comissão constituída pela Portaria 003 EDIF-G/93, com o intuito de otimizar a atuação do Departamento. 3. Os servidores deste Departamento deverão colaborar no desenvolvimento dos trabalhos em tela, prestando informações e fornecendo os elementos e dados solicitados.

TRANSPORTES

Secretário: **GETULIO HANASHIRO**
Av. das Nações, 7.123 - PABX: 814-3944

GABINETE DO SECRETÁRIO

TÍTULO DE NOMEAÇÃO
Nomeando nos termos do disposto nos incisos I, dos arts. 10 e 15 da Lei 898/79, conforme autorizado em expediente de abaixo-relacionado:

NOME: JOSÉ MICHELINI NETTO
R.G.: 3211281 SP R.F.: 0392405-2
CARGO/ESPEC: CH ASS TÉCNICA
CAT.: 00 REFE: DA.14 N.EXP.NOM: 200000001/93 22.04.93
ESTRUTURA HIERARQUICA: F.PRVT: 05
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO
ASSESSORIA TÉCNICA

NOME: MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA LIMA
R.G.: 5153440 SP R.F.: 0134169-5
CARGO/ESPEC: OFICIAL DE GABINETE
CAT.: 00 REFE: DA.05 N.EXP.NOM: 200000002/92 22.04.93
ESTRUTURA HIERARQUICA: F.PRVT: 05
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO

Os nomeados deverão comparecer na Unidade, descrita a seguir para as providências de posse, no prazo de 30 dias contados a partir desta publicação, nos termos dos arts. 73 e 74, parágrafo único da Lei 898/79, munido de um documento de identificação.

UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS
Endereço: Av. Nações Unidas, 7123 - Pinheiros - CEP: 05477
Fone: 814.3944 - R.137/134 - Horário: das 09:00 às 18:00 hs.

PORTARIAS EXPEDIDAS:
EXONERANDO:
MÁRIO ELIAS ALVES OCKE, registro nº 557.203.7.05, a pedido, do cargo de Chefe de Assessoria Técnica, DA.14, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Transportes.

MARIA ADRIANA DA SILVA, registro nº 603.659.0.00, do cargo de Oficial de Gabinete, DA.05, do Gabinete do Secretário, da Secretaria Municipal de Transportes.

Depdo. de Operação do Sistema Viário

DESPACHOS DO DIRETOR - Proc. Int.: 28-001.890-93*52 - Nelson Miohi Takata - 1 - Em face dos elementos de convicção dos autos, especialmente das informações de fls. 41 a 51, com fulcro na Portaria nº 120/91 - SMT-GAB., APROVO, para que produzam os efeitos legais, as diretrizes fixadas pela Assessoria Técnica, deste departamento, para o empreendimento localizado na Av. Miguel Stefano, 2394, de interesse de Nelson Miohi Takata.
II - Emita-se a competente CERTIDÃO.

ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

Secretário: **ARNALDO FARIA DE SÁ**
Rua Pedro de Toledo, 1.591 - PABX: 575-5666

GABINETE
DESPACHOS
12-000.418-93*68. 1. À vista dos elementos constantes do presente, considero justificada a situação de emergência e AUTORIZO a contratação da CONAB COMERCIO DE BOMBAS LTDA para fornecimento de cloro destinado às piscinas de SEME, com fundamento legal no art. 64, inciso IV da Lei 10.544/88, com as alterações dadas pela Lei 11.100/91. 2. Reserva de recursos suficientes.
OMISSÃO DE PUBLICAÇÃO DO DIA 21.04.93:
12-000.416-93*32. 1. À vista dos elementos constantes do presente, AUTORIZO a aquisição de um conjunto de moto-bom-ba para a caixa d'água de SEME, diretamente da empresa CA SA DAS BOMBAS LTDA, conforme solicitação de fls. 02, com dispensa de licitação, nos termos do art. 64, inciso II, da Lei 10.544/88, com a nova redação dada pela Lei 11.100/91, c/c. a Portaria SP 478/93. 2. Recursos reservados, fls. 14. Emita-se a Nota de Empenho.
12-000.415-93*70. 1. À vista dos elementos constantes do presente processo, autorizo a emissão de nota de empenho em favor da empresa VIVAGUA DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS MINERAIS LOPES LTDA-ME para aquisição de água mineral, conforme Ata de R.F. 01/SEMAB/92. 2. Recursos reservados, fls. 18.
12-000.413-93*72. 1. À vista dos elementos constantes do presente, e em especial as manifestações de fls. 29 e 36, AUTORIZO a contratação da Empresa Nacional de Segurança Ltda, por emergência para a prestação de serviços de segurança e vigilância no Estádio Municipal "Paulo Machado de Carvalho", com fundamento legal no Art. 64, IV, da Lei 10.544/88, com as alterações dadas pela Lei 11.100/91.

TÍTULOS EXPEDIDOS

Nomeando, nos termos do Disposto no Inciso I, dos arts. 10 e 15 da Lei 898/79, conforme autorizado em expediente, abaixo relacionado:

NOME: EDUARDO MELLO FERREI
R.G.: 3414922 SP R.F.:
CARGO/ESPEC: DIR CIV VEICULA
CAT.: 00 REFE: DA.12 N.EXP.NOM: 190000005/93 02/04/93
ESTRUTURA HIERARQUICA: F.PRVT: 09
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
GABINETE DO SECRETÁRIO
DOUTOR HENRIQUE DO AQUINO MUNITIPAL JOSÉ CARLOS PACHECO

Os nomeados deverão comparecer munidos de documentos de identificação, na Unidade descrita a seguir, para as providências de Posse no prazo de 30 dias contados a partir da data desta publicação, nos termos dos Artigos 23 e 28, Parágrafo Único da Lei 898/79.
Unidade de Recursos Humanos:
Rua Pedro de Toledo, 1591, CEP 04039 - Vila Clementino - São Paulo
Tel 575-5666 r230, no horário compreendido entre as 10:00 às 16:00hs

PORTARIA Nº 064/93 - SEME. O ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 4º do Decreto nº 23.901, de 25 de maio de 1987, RESOLVE, em caráter definitivo, a nomeação de EDUARDO MELLO FERREI para o cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO.

Art. 1º - Fica instituído o Código de Justiça Desportiva do Município, ao qual estão sujeitos todos os quantos, de forma direta ou indireta, intervenham ou participem dos eventos desportivos levados a efeito na Cidade de São Paulo, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

Art. 2º - São órgãos da Justiça Desportiva Municipal 1 - S.T.J.D.M. - Superior Tribunal de Justiça Desportiva Municipal II - T.J.D.M. - Tribunal de Justiça Desportiva Municipal

Parágrafo 1º - O S.T.J.D.M. terá competência originária para conhecer todas as questões apreciadas em 1ª instância.

Parágrafo 2º - O S.T.J.D.M. será composto de (sete) juizes efetivos, dentre os quais (um) presidente, (três) juizes substitutos, (dois) auditores-procuradores e (um) secretário, todos de livre indicação do Secretário da SEME.

Parágrafo 3º - O T.J.D.M. será composto de (cinco) juizes efetivos, dentre os quais (um) presidente, (três) juizes suplentes, (um) auditor-procurador e (um) Secretário, todos de livre indicação do Secretário da SEME.

Parágrafo 4º - O mandato do Presidente do S.T.J.D.M. e T.J.D.M. será de (dois) anos a contar da data das respectivas designações sendo permitida recondução por igual período.

Parágrafo 5º - O mandato dos Juizes efetivos, suplentes, auditores-procuradores e secretários do S.T.J.D.M. e T.J.D.M. será de (um) ano, sendo permitida recondução por igual período.

Art. 3º - Para o exercício das funções de juizes dos órgãos da Justiça Desportiva deverão ser indicados cidadãos de nacionalidade brasileira, de libada reputação e notável conhecimento esportivo, nãu impedido que as designações recaiam sobre funcionários ou servidores da SEME.

Art. 4º - Os juizes e demais auxiliares designados para integrar os órgãos da Justiça Desportiva não farão jus a quaisquer gratificações pecuniárias, porém, a SEME considerará como relevantes os serviços que prestarem no exercício de suas funções.

Art. 5º - Todos os membros da Justiça Desportiva portaria-ria originários da realização de campeonatos, competições ou torneios patrocinados pela SEME, bem como nos locais onde suas instalações sejam crediadas, arrendadas ou usadas por qualquer finalidade, na cidade de São Paulo.

Art. 6º - Os órgãos da Justiça Desportiva só poderão se reunir para deliberação quando no S.T.J.D.M., contarem com a presença de (cinco) juizes, no mínimo, e de (três) juizes nos demais tribunais.

Art. 7º - Todos os órgãos da Justiça Desportiva obedecerão a um regulamento estabelecido que será o único e uniforme.

DA COMPETÊNCIA

DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA (S.T.J.D.M.)

Art. 8º - Compete ao S.T.J.D.M.
I - Processar e julgar originariamente:
a) os seus próprios membros;
b) os litígios entre entidades desportivas municipais originados pela realização de campeonatos, competições ou torneios patrocinados pela SEME;

c) os auxiliares da Justiça Desportiva junto à SEME;
II - Julgar:
a) em recurso de revisão, suas próprias decisões, quando não unânimes;
b) os recursos interpostos às decisões do T.J.D.M., quanto aos seus membros;

c) em recursos extraordinários, as decisões por qualquer dos poderes judicantes da SEME, nas hipóteses seguintes:
1) quando a decisão for ato, regulamento ou qualquer outra orientação específica expedida pela SEME, com decisões análogas, já proferidas pelo S.T.J.D.M.
d) em recurso ordinário, as questões decididas pelo T.J.D.M. nas hipóteses seguintes:
1) quando for recorrente o órgão mencionado no item anterior;

2) quando provocada pela parte punida;
e) os conflitos de jurisdição entre órgãos da Justiça Desportiva da SEME.

III - Superior o Secretário da SEME vedada contra qualquer pessoa física ligada direta ou indiretamente, às atividades desportivas da SEME que, comprovadamente, tenha se afastado dos princípios inscritos na legislação desportiva e seus regulamentos, ou se recusar a cumprir decisão emanada da Justiça Desportiva da SEME.

IV - Instaurar processos, abrir sindicâncias e designar perito desportivo.

1º - Requisitar informações e esclarecimentos de qualquer órgão ou autoridade da Justiça Desportiva da SEME, ou expedir instruções normativas a todos os órgãos da Justiça Desportiva e decidir sobre os casos omissos.

VII - Exercer as demais atribuições que lhe sejam pertinentes.

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA MUNICIPAL (T.J.D.M.)

Art. 9º - Compete ao T.J.D.M.
I - Processar:
a) os recursos interpostos para o S.T.J.D.M.
II - Processar e Julgar:
a) seus membros e auxiliares;
b) auxiliares da Justiça Desportiva, em função do ofício perante o T.J.D.M.;

c) os membros de poderes e de órgãos, entidades municipais, clubes, participantes dos eventos desportivos patrocinados pela SEME;
d) as pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, participem ou estejam ligadas às atividades desportivas da SEME, incluindo-se as competições realizadas entre equipes representativas de Bairros e/ou Colônias Municipais ou condomínios.

III - Julgar:
a) suas próprias decisões, em recurso de revisão, quando as mesmas não forem unânimes;
b) os casos omissos.

IV - Instaurar inquéritos penais desportivos DA PRESIDÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DESPORTIVA

DA SEME - Além das atribuições que lhe são conferidas pela legislação e pelo respectivo regulamento, é dever preciso do Presidente dos órgãos da Justiça Desportiva a) fazer cumprir as suas decisões;

b) dar imediata ciência, por escrito, à autoridade que lhe é superior, das decisões tomadas, assim como das verbas verificadas no órgão;

c) ordenar a restauração de processos;
d) determinar a abertura de sindicâncias;
e) designar juizes relatores dos processos;

f) designar dia e hora para as sessões ordinárias, extraordinárias e dirigidas os trabalhos;

g) conceder efeito suspensivo a recurso cabível quando a simples devolução de material ao S.T.J.D.M. possa causar prejuízo irreparável ao recorrente;

h) apresentar, ao Secretário, no final de cada ano, relatório de atividade do órgão no exercício findo acompanhado de dados estatísticos e de sugestões visando o aprimoramento da Justiça Desportiva.

Art. 10 - Na ausência eventual do Presidente, assumirá a direção do órgão o membro mais antigo.

Art. 11 - São deeres dos membros da Justiça Desportiva, além dos constantes do respectivo regulamento:
1) não se manifestar sobre processos não-julgados;

2) declarar-se impedido, quando for o caso;
3) pedir vista dos autos antes da votação, exceto daqueles que versem sobre penalidades a atletas;

4) não exceder prazos;
5) apresentar, a quem de direito, contra qualquer irregularidade ou infração disciplinar de que tenha conhecimento;

6) comparecer livremente a prova dos autos, fundamentando, obrigatoriamente sua decisão;

7) atender às convocações da Presidência, independentemente de dia e hora, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado.

Art. 12 - Compete ao membro suplente substituir o efetivo, quando convocados.

Art. 13 - O pedido de vista de processo somente será admitido na sessão em que o assso for iniciado. O tempo de vista a cada membro será fixado pela Presidência.

DO AUDITOR

Art. 14 - Os auditores-procuradores e os secretários do S.T.J.D.M. e do T.J.D.M., serão indicados pelo Secretário da SEME.

Art. 15 - Em direito a voto, compete ao Auditor:
1) denunciar os acusados, enquadrando os mesmos no grau de infração cometida, de acordo com o Código de Justiça Desportiva;

2) sustentar oralmente o enquadramento e solicitar a aplicação de penalidades, quando da realização das sessões de julgamento;

3) renunciar ao Presidente a designação de um Auditor substituto ou assistente, se a complexidade ou volume do fato assim o exigir;

4) declarar-se sancionado, quando as normas da moral e do direito assim o indicarem;

5) propor as atribuições que lhe foram conferidas pela legislação desportiva e interpor os recursos previstos neste código.

DO PROCESSO DA PRIMEIRA INSTANCIA

Art. 16 - No processo e no julgamento das infrações disciplinares de competência do Tribunal, será observado o seguinte rito:
1) caracterizada a infração a este Código ou às Leis Desportivas, durante os Campeonatos e Torneios patrocinados pela SEME, a súmula e o relatório do Representante serão entregues ao órgão competente e encaminhados à Secretaria, imediatamente após a competição. Havendo de julgamento especializado, a este caberá emitir parecer;

2) autuados os documentos constantes da alínea anterior, será aberta vista ao Auditor, para apresentação de denúncia, parecer ou pedido de diligência destinado a elucidar o fato julgado relevante;

3) nada constando de irregular na súmula, será esta de volvida ao órgão competente, para os fins de direito;

4) se a denúncia, parecer ou diligência, for encaminhada à Secretaria, para efeito de citação do(a) acusado(s);

Art. 17 - A denúncia, ou queixa, será rejeitada quando o fato narrado não estiver claramente caracterizado de ocorrência banal, sem que tenha infringido qualquer das normas disciplinares previstas no presente Código;

2) quando já estiver extinta a punibilidade;

3) quando for manifesta a ilegitimidade de parte ou faltar condição exigida por lei para início do processo.

DA SEGUNDA INSTANCIA

Art. 18 - No processo e no julgamento da competência do S.T.J.D.M., serão observadas as mesmas normas da primeira instância.

Art. 19 - Nos processos em grau de recurso, após autuados os documentos que os sustentam, será aberta vista ao Auditor, para que este emita parecer a respeito, dentro do prazo que for fixado pelo Presidente.

Art. 20 - Nas decisões do S.T.J.D.M. que constitui a verdadeira instância, não caberão outros recursos, além dos de revisão.

DO INQUÉRITO

Art. 21 - O inquérito tem por finalidade apurar a existência de qualquer infração disciplinar, apontar autor(es) e definir responsabilidades.

Art. 22 - O juiz designado para presidir o inquérito ou para o inquirido, sempre na presença do Auditor, deverão prestar as seguintes diligências:
1) quando for manifesta a ilegitimidade de parte ou faltar condição exigida por lei para início do processo;

2) quando for recorrente o inquérito, o processo será encaminhado ao Presidente, que determinará sua inclusão no Parágrafo Único;

3) quando for recorrente o inquérito, o processo será encaminhado ao Presidente, que determinará sua inclusão no Parágrafo Único;

4) quando for recorrente o inquérito, o processo será encaminhado ao Presidente, que determinará sua inclusão no Parágrafo Único.

DA CITAÇÃO

Art. 23 - A citação será feita por edital, no Boletim Oficial, ou através de ofício protocolado ao indicado.

Art. 24 - O Edital de citação indicará o nome do acusado, sua qualificação e a entidade a que pertence, dia, hora e local de comparecimento e o objetivo da sua convocação.

Art. 25 - O acusado que não atender à citação será considerado revel.

Art. 26 - Na hipótese de ser o árbitro o acusado, este será chamado reservadamente à Secretaria, para receber a citação.

DOS PRAZOS

Art. 31 - Os prazos começarão a correr na Secretaria, a partir da data da publicação da ocorrência no Boletim Oficial ou outro meio fixado.

Parágrafo único - Em se tratando de membros do órgão, o prazo terá início na data do término da instrução do processo para o Auditor, o prazo começará a ser contado a partir da data em que lhe for aberta vista dos autos.

Art. 32 - Os membros proferirão voto dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data da citação, salvo se outro prazo for expressamente estabelecido.

Parágrafo único - O Auditor, o Relator e o Secretário, salvo disposição expressa da Presidência, terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cada um, para cumprir os seus atos de ofício.

Art. 33 - Os recursos serão julgados dentro do prazo de quinze dias, a contar da data de sua entrada no órgão competente, sob a pena de responsável pela inobservância desse prazo incorrer em falta grave.

Parágrafo único - Será declarado impedido o membro relativo que deixar de apresentar o processo sob sua responsabilidade à sessão em cuja pauta esteja inscrito o feito para o julgamento.

Art. 34 - O acórdão será obrigatoriamente apresentado na sessão imediatamente à do julgamento do processo.

Parágrafo único - Não sendo lavrado acórdão, o texto da ata e a publicação da decisão serão suficientes para que a sentença produza todos os efeitos legais.

Art. 35 - Durante a realização de competições, os órgãos da Justiça Desportiva decidirão os feitos em caráter de urgência, mediante r.foia, a fim de assegurar o prosseguimento normal do evento desportivo.

DAS FORMAS DE CITAÇÃO

Art. 36 - As citações serão cumpridas das seguintes formas:

- 1. aos indicados, pela publicação no Boletim Oficial, ou por ofício, cujo recebimento será acusado na respectiva cópia;
- 2. aos árbitros e representantes, reservadamente, pelo Secretário do órgão competente, que certificará nos autos o cumprimento da formalidade;
- 3. aos membros da Justiça Desportiva, por ofício fixado pelo Secretário do órgão, que certificará nos autos o cumprimento da formalidade.

4. às entidades, na forma estabelecida no inciso I (ua) deste artigo, citando-se sempre, se possível, a pessoa do seu representante, cabendo ao Secretário do órgão certificar nos autos o cumprimento da formalidade, no caso de citação ser feita por ofício;

5. aos demais auxiliares, através da publicação no Boletim Oficial ou por carta, caso em que o recebimento será acusado na respectiva cópia, cabendo a entrega da citação ao Secretário do órgão.

DO DEFENSOR

Art. 37 - Qualquer pessoa maior de 21 (vinte e um) anos, que saiba ler e escrever corretamente, pode funcionar como defensor do indicado perante a Justiça Desportiva.

Art. 38 - A declaração (autorização), devidamente assinada pelo acusado, habilitará o seu defensor a representá-lo no processo, em qualquer instância, em todas as suas fases.

Parágrafo único - Em qualquer fase processual, poderá o indicado revogar a declaração e constituir novo defensor.

Parágrafo único - A confissão de culpa, pelo defensor, ad será admitida, se o mandato lhe tiver sido outorgado por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e deixar poderes específicos para tal fim.

DA DEFESA

Art. 39 - No caso de abertura de inquérito durante a realização de Campeonatos, o indicado apresentará sua defesa, por escrito, dentro do prazo mínimo de 2 (duas) horas após ter sido citado, podendo indicar até 3 (três) testemunhas.

Parágrafo único - O Presidente da Comissão Sindicante ouvirá separadamente o infrator e as testemunhas, podendo, ainda, se julgar oportuno, promover a acareação entre os membros.

Parágrafo único - O rito da sindicância será suspenso, de forma a evitar que o prosseguimento do Campeonato, na modalidade, seja prejudicado por qualquer motivo.

Parágrafo único - Extra-campeonato, o prazo assegurado à defesa será de 48 (quarenta e oito) horas.

DOS PROVAS

Art. 40 - Constituem instrumentos de prova:

- 1. declaração do árbitro na súmula;
- 2. o testemunho dos Auxiliares do árbitro ou de Autoridades esportivas presentes à ocorrência;
- 3. os documentos;
- 4. a confissão;
- 5. a declaração do ofendido;
- 6. a declaração das testemunhas;
- 7. os laudos periciais ou técnicos.

Art. 41 - O membro relator decidirá sobre as provas requeridas pelo acusado e, de ofício, deferirá as que julgar indispensáveis ao perfeito esclarecimento da ocorrência.

DA TESTEMUNHA

Art. 42 - Qualquer pessoa física poderá depor como testemunha, excetuados os deficientes mentais e os menores de 14 (quatorze) anos, sendo que os habilitados serão devidamente qualificados no processo.

Art. 43 - Não são obrigados a depor ou fornecer elementos de prova os Juizes e membros dos poderes da Justiça Desportiva.

Art. 44 - Não poderá exceder de 3 (três) as testemunhas indicadas pelo acusado.

Art. 45 - O depoimento será prestado oralmente e levado à termo, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único - Não será permitido à testemunha fazer apreciações pessoais sobre a ocorrência, salvo quando isto for inseparável da narrativa.

Art. 46 - O Auditor, o acusado e o ofendido, ou os defensores destes, poderão renunciar a testemunha, uma única vez, dentro dos prazos que forem estabelecidos pelo Presidente do órgão.

Art. 47 - As testemunhas serão ouvidas em separado, ressalvada a hipótese prevista no artigo 39, parágrafo IV.

Art. 48 - As testemunhas que não puderem comparecer ao local do julgamento, por motivo de força maior, devidamente comprovado, poderão ser ouvidas no lugar onde estiverem, se assim o entender o órgão julgante.

DOS DOCUMENTOS

Art. 49 - Até a abertura ou durante a sessão de julgamento, será permitida a juntada de documentos.

Art. 50 - Nenhum documento será desentranhado dos autos e devolvido ao interessado, sem autorização do Presidente do órgão competente.

Parágrafo único - Referida a devolução, ficará no processo cópia fiel do documento, da qual constará, obrigatoriamente, o recibo firmado pela parte que retirou o original.

DO EXAME PERICIAL

Art. 51 - Quando a infração deixar vestígios, proceder-se-á ao exame, a requerimento da parte, por iniciativa do Juiz Processante, ou do Juiz Auditor.

Parágrafo único - No despacho denegatório do Juiz Processante, caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Presidente do órgão, que decidirá no menor prazo possível.

Art. 52 - Quando se tratar de exame de documentos de Entidade desportiva, quem os tiver sob sua guarda será notificado a exhibi-los no local e hora que forem indicados pela autoridade julgante.

Art. 53 - A designação de perito caberá ao Presidente do órgão, a requerimento das partes, dos Juizes integrantes do órgão julgante ou do Auditor, devendo o indicado descrever minuciosamente o que examinar e responder com clareza aos quesitos que lhe forem apresentados.

DA SESSÃO DE JULGAMENTO

Art. 54 - O rito do processo na Justiça Desportiva é o estabelecido neste Código.

Art. 55 - Os órgãos competentes funcionarão e decidirão com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 56 - Os Juizes presentes ao julgamento, exceto o Auditor, são obrigados a voto, inclusive o Presidente da sessão, que o fará por último.

Art. 57 - Durante o julgamento, o acusado poderá oferecer as provas que tiver em seu poder ou apresentá-las através de defesa escrita.

Art. 58 - Na sessão ou audiência de julgamento serão admitidas as partes e seus defensores, lido o relatório pelo Juiz Relator, o Presidente dará a palavra ao Audi-

tor para sustentação da denúncia e, em seguida, a cada uma das partes, por prazo não excedente a 20 (vinte) minutos, para sustentação oral de suas alegações.

Art. 59 - Não estando o Juiz Relator perfeitamente esclarecido, poderá requerer ao Presidente diligências complementares, as quais, se deferidas, serão levadas a efeito imediato e obedecerão ao prazo que, para tal fim, for fixado no despacho respectivo.

Art. 60 - Qualquer Juiz poderá pedir vista do processo e, se mais de um o fizer, o Presidente fixará prazos para cada um deles, de maneira a ficar assegurada a conclusão do julgamento do feito na sessão imediata.

Art. 61 - Quando se reencetar julgamento adiado, serão obedecidos os votos já proferidos na sessão anterior e os substitutos de Juizes que já se tenham pronunciado não votarão.

Art. 62 - O Juiz, sem ser interrompido, usará a palavra apenas por duas vezes sobre a matéria em julgamento, podendo fazê-lo pela terceira vez em caso de modificação de voto.

Art. 63 - As sessões de julgamento serão públicas, porém, em caso de tumulto o Presidente poderá determinar a evacuação, pelo tempo mínimo indispensável ao restabelecimento da ordem quando, então, o julgamento será reanunciado.

Art. 64 - A decisão produzirá efeito a partir do instante em que for proferida, estando presente o acusado ou a vítima, na ausência destes, a partir da data da publicação da sentença no Boletim Oficial ou de fixação do resultado no recinto do Tribunal.

Parágrafo único - Em caso comprovado de urgência, a comunicação da decisão poderá ser feita mediante telegrama ou ofício protocolado, produzindo efeito a decisão a partir da sua entrega ao punido, seu defensor ou à entidade a que pertencer.

Parágrafo único - Se houver indícios de que o atleta punido, por ignorar a decisão, pretende tomar parte em competição, a intimação será feita antes do início da prova, por intermédio do árbitro ou da autoridade correspondente.

Art. 65 - Compete à SEME ou seus representantes legais conhecer das decisões não-livres imediatamente cumprimentas.

DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA

Art. 66 - Quando a decisão não puder ser proferida desde logo, em virtude de ausência de elementos de prova, o acusado de infração será, o Presidente, se qualquer instância, poderá decretar a suspensão preventiva do indicado por prazo não superior a 10 (dez) dias.

Art. 67 - Após a entrada do recurso na Secretaria, o mesmo será imediatamente levado a despacho do Presidente, que designará relator para apreciá-lo.

Parágrafo único - Liberado ao Secretário fazer presentes os autos ao relator, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data do despacho designatório.

Art. 68 - As provas, serão juntadas durante a preparação do processo, porém, admitir-se-á a apresentação das mesmas até a sessão de julgamento.

Art. 69 - O relator concluirá o exame do processo dentro do prazo de 5 (cinco) dias, entregando-o à Secretaria, para a inclusão em pauta.

Parágrafo único - Caso o relator requiera diligências complementares, o Presidente, se as deferir, reestará os autos à Secretaria, para as devidas providências.

Parágrafo único - A Secretaria dará ciência aos interessados ou a seus procuradores, por escrito e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da inclusão em pauta dos autos para julgamento.

Art. 70 - A sessão de julgamento será realizada na forma prevista para o processo comum.

Art. 71 - O processo, após ter sido apreciado em instância superior, será devolvido a quem do direito.

Art. 72 - Das decisões da Justiça Desportiva, caberão:

- 1. recurso;
- 2. revisão.

Parágrafo único - Entende-se por decisão todo ato emanado de qualquer autoridade competente.

Art. 73 - Os recursos serão julgados pela instância imediatamente superior, na forma estabelecida por este Código.

Art. 74 - São habilitados a recorrer a parte punida e o Auditor do processo.

Art. 75 - Os recursos poderão ser:

- 1. voluntário, quando interposto pela parte punida;
- 2. de ofício, quando interposto pelo próprio julgador.

Art. 76 - Na hipótese de recurso voluntário, a penalidade já aplicada não poderá ser agravada.

Art. 77 - O recurso voluntário será interposto pela parte punida, por escrito, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a publicação da decisão.

Parágrafo único - Este prazo será aplicado quando o julgamento ocorrer durante a realização de Competições Centralizadas e, após seu término, será de dois dias úteis, quando o julgamento ocorrer na sede do órgão julgador.

Art. 78 - O Auditor terá vista do recurso, devendo emitir seu parecer dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do recebimento da vista.

Parágrafo único - Quando o recurso for apresentado por iniciativa do Auditor, a parte contrária será intimada e terá igual prazo para contra-arrazoar, começando o prazo a correr a partir da data do recebimento da intimação.

Art. 79 - Se não puder recorrer quem tiver indicativo de interesse no feito, caso contrário, será o recurso imediatamente indeferido pelo Presidente do órgão julgante.

Art. 80 - Nenhum recurso ou pedido de revisão terá efeito suspensivo.

DO RECURSO OBRIGATORIO

Art. 81 - É obrigatório a interposição de recurso de decisão que:

- 1. julgar Juiz;
- 2. não dar provimento de entidades desportivas;
- 3. aplicar penalidade superior a 1 (um) ano;
- 4. determinar a eliminação.

Art. 82 - O recurso obrigatório será julgado pela instância superior.

Art. 83 - Será interposto o recurso obrigatório:

- 1. de Tribunal para o Superior Tribunal da Justiça Desportiva;
- 2. de Presidente para o Superior Tribunal da Justiça Desportiva.

Art. 84 - O pedido de revisão poderá ser formulado uma única vez, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da que a sentença foi prolatada, ou quando, após a decisão, surgirem provas de inocência do punido.

Art. 85 - Caberá pedido de revisão para o S.T.J.D.M., quando a decisão resultar de manifesto erro de fato, falsidade de prova ou quando contrariar disposição expressa em lei.

Parágrafo único - Não caberá pedido de revisão no caso de perda de pontos, quando o resultado da competição estiver definitivamente homologado.

Art. 86 - A revisão só pode ser pedida pelo punido, por petição escrita, desde logo intimada com as provas que a justificam, nos termos do Art. 85.

Art. 87 - No julgamento de revisão, a pena imposta não poderá ser agravada, mas, tão somente, alterada o grau de infração, diminuída a pena, anulado o processo, confirmada a decisão ou proferida a sentença absolutória.

Art. 88 - O pedido de revisão será sempre apresentado ao Presidente do órgão sob cuja jurisdição tenha sido proferido o infrator.

Parágrafo único - É obrigatória, nos pedidos de revisão, a intervenção do Auditor-Procurador.

DAS NULIDADES

Art. 89 - O órgão competente, por provocação da parte interessada, poderá anular o feito, nos casos comprovados de nulidade processual, suspensão ou suborno do julgador.

Parágrafo único - A nulidade somente poderá ser arguida antes da decisão transitada em julgado.

Art. 90 - A nulidade, quando decretada por sentença, importará na anulação do processo na parte por ela atingida, desde que tenha causado prejuízo real à parte interessada.

Art. 91 - Sempre que a nulidade tiver sido reconhecida por sentença, será aplicada a responsabilidade de quem litigou causa.

DAS PENALIDADES DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 92 - Não haverá infração disciplinar punível sem um conceito que a defina.

Parágrafo único - Todavia, qualquer participante de competição oficial da SEME, que praticar ato atentatório à disciplina ou à moral, ainda que não previsto em lei desportiva, será punido com advertência escrita ou sus-

penção pelo prazo de até 20 (vinte) dias ou até 2 (duas) competições, por decisão emanada de órgão da Justiça Desportiva.

Parágrafo único - Havendo confissão do acusado, esta circunstância poderá ser levada em consideração, favoravelmente ao infrator, para fins de graduação de pena.

Art. 93 - Será caracterizada a reincidência, se o infrator cometer nova falta disciplinar, depois de haver transitado em julgado a sentença que o condenou.

Parágrafo único - Será também considerada reincidência, se a mesma Entidade cometer outra falta idêntica ou semelhante à já punida anteriormente.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

Art. 94 - Serão consideradas circunstâncias agravantes:

- 1. quando a infração for cometida com o auxílio de outros;
- 2. quando o infrator for Capitão da Equipe participante da competição, Dirigente ou Técnico da Equipe;
- 3. quando o infrator fizer uso de qualquer objeto capaz de produzir lesões corporais ou outras;
- 4. quando o infrator for reincidente;
- 5. quando o infrator for punido anteriormente.

Art. 95 - Serão consideradas circunstâncias atenuantes:

- 1. quando a infração for cometida em desagravo a grave ofensa moral, devidamente comprovada;
- 2. quando o infrator caracterizar legítima defesa, devidamente comprovada;
- 3. quando o infrator for primário;
- 4. quando o infrator tenha, sem remuneração, prestado serviços de natureza de esportista amador, seja no âmbito estadual ou nacional;
- 5. quando o infrator for menor de 16 (dezesseis) anos.

DA ANULAÇÃO DA COMPETIÇÃO

Art. 96 - Não serão cabíveis pedidos de anulação de competição ou ganho de pontos, quando o resultado da competição já estiver oficialmente homologado pelo órgão competente.

DA EXTINÇÃO DA PENA E DA PUNIBILIDADE

Art. 97 - Extingue-se a ação e os efeitos da condenação:

- 1. pela morte do infrator;
- 2. pelo cumprimento integral da pena;
- 3. pela prescrição;
- 4. pela anistia.

DA PRESCRIÇÃO

Art. 98 - Qualquer ação interposta nos termos deste Código prescreve em 2 (dois) anos, a contar da data de sua entrada no órgão competente.

APLICADO DAS PENAS

Art. 99 - As infrações presentes no Código serão passíveis das seguintes penalidades:

- 1. advertência;
- 2. suspensão por competições;
- 3. suspensão por prazo determinado;
- 4. indenização;
- 5. perda de pontos;
- 6. desclassificação;
- 7. expulsão de competição;
- 8. exclusão de campeonato;
- 9. exclusão de torneio;
- 10. eliminação.

Art. 100 - As penalidades enumeradas no artigo anterior, terão os seguintes efeitos:

- 1. advertência - perda da condição de primário;
- 2. a pena de suspensão por prazo determinado, enquanto não cumprida, privará o punido:

- a) de todo e qualquer direito conferido por estatuto, regulamento ou lei desportiva;
- b) de participar ou intervir em competições de qualquer natureza;
- c) de exercer qualquer cargo de direção, função ou assessoria em equipe desportiva;
- 3. a pena de suspensão por competição, enquanto não for cumprida pela Entidade:

- a) inabilitará suas dependências desportivas para disputar competições oficiais;
- b) impossibilitará a Entidade de disputar em sua própria praça de esportes competições oficiais em que estiver inscrita;
- c) impedirá a Entidade de participar de competições patrocinadas pela SEME;
- d) a Entidade em favor do adversário, os pontos da competição oficial que teria de disputar.

4. A indenização obrigará o punido a ressarcir os prejuízos a que tiver dado causa, no prazo de 10 (dez) dias a contar do instante em que a decisão tenha transitado em julgado, sob pena de suspensão até o seu integral cumprimento, salvo se a parte prejudicada renunciar expressamente ao seu crédito;

5. a perda de pontos privará a Entidade punida de ter adjudicado a seu favor os pontos vencidos e empatados em competições;

6. a desclassificação anulará, de plano, qualquer classificação ou ganho de pontos que o punido tenha conquistado na competição que deu causa à sanção disciplinar;

7. a expulsão da competição obrigará o atleta a afastar-se imediatamente do local de prova, sem prejuízo de outras punições que forem aplicáveis à espécie;

8. a exclusão do campeonato privará a Entidade de disputar competições oficiais pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

9. a exclusão do torneio privará a Entidade de disputar ou prosseguir disputando em competições oficiais, perdendo os pontos eventualmente obtidos no torneio que deu causa à decisão condenatória;

10. a pena de eliminação implica no desaparecimento de qualquer vínculo do punido com a SEME;

Art. 101 - A suspensão por competição impedirá a parte punida de participar de qualquer competição pela SEME, na mesma modalidade esportiva que deu causa à medida disciplinar, até o integral cumprimento desta.

Art. 102 - O atleta, enquanto perdurar a suspensão, não poderá intervir em nenhuma competição de que participar a entidade a que pertence.

Parágrafo único - Lata comprovado do cumprimento da pena, a entidade deverá coligar o nome do atleta na relação de inscrição e em seguida a expressão "Cumprido pena imposta pela J.D.P. por dias".

Art. 103 - Advertência feita pelo árbitro e a simples expulsão não impedem que a parte punida venha a sofrer por decisão dos órgãos da Justiça Desportiva outras sanções aplicáveis à espécie desde que solicitada por quem do direito.

Parágrafo único - As sanções serão aplicadas todas as vezes em que o relatório descreva a indisciplina e a mesma esteja tipificada neste Código.

Art. 104 - Quando, para a mesma infração, estiver prevista mais de uma penalidade, as mesmas poderão ser impostas cumulativamente.

Parágrafo único - As penas reenumeradas pelo Auditor só poderão ser notificadas pelos Juizes membros, participantes do julgamento, no caso de desclassificação do equívocamente ou redução.

Art. 105 - Quando se tratar de competições centralizadas, as penalidades impostas pelos órgãos da Justiça Desportiva serão consideradas de conhecimento das infrações pela publicação da sentença no Boletim Oficial ou sua afixação em lugar visível na Secretaria do órgão julgante.

DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES EM GERAL

Art. 106 - As pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente envolvidas nas competições da SEME são passíveis de sanções previstas neste Código.

Art. 107 - Constituem infrações disciplinares:

- 1. praticar, dentro ou fora do local da competição, atos, gestos ou palavras censuráveis ou, ainda, emitir por escrito conceitos atentatórios à disciplina ou à moral desportiva;
- 2. desobedecer ou deixar de cumprir determinação da SEME, ou de qualquer autoridade ou órgão à mesma subordinados;
- 3. advertência ou suspensão, pelo prazo de 10 (dez) dias a 40 (quarenta) dias;
- 4. apresentar qualquer denúncia notoriamente falsa, por motivos vis, erro grosseiro ou mero capricho, contra qualquer autoridade desportiva;
- 5. PENA - suspensão, pelo prazo de 10 (dez) a 100 (cem) dias;
- 6. Atribuir ou conceder, por meio de crítica desrespeitosa, por escrito ou oralmente qualquer autoridade ou órgão vinculado à SEME;
- 7. PENA - suspensão, pelo prazo de 30 (trinta) a 100 (cem) dias;
- 8. PENA - suspensão, pelo prazo de 30 (trinta) a 100 (cem) dias;